

O Alto Rio Negro

A região do rio Negro, noroeste da Amazônia é território de 23 povos indígenas pertencentes às famílias linguísticas Tukano Oriental, Japurá-Uuapés (anteriormente denominada Maku), Aruak, Tupi e Yanomami, que perfazem 95% da população e da extensão territorial do município de São Gabriel da Cachoeira (112.000.000 ha). Isso faz dela a região com a maior diversidade linguística do Brasil e do continente americano. Sua população total é de 29.951 habitantes (IBGE, 2000) embora a prefeitura faça uma estimativa atual de 46.000 habitantes, distribuídos em 427 comunidades.

Vale ressaltar que este curso é desenvolvido não apenas na região com a maior pluralidade linguística do país, mas também em duas das maiores terras indígenas já demarcadas no Brasil. A primeira, Terra Indígena Yanomami demarcada em 1992 e a segunda, Terra Indígena do Alto Rio Negro em 1998, impar no país por ter sido demarcada de maneira contínua em um único território para 22 povos indígenas fato justificado em parte pela exogamia linguística, casarem-se com pessoas de fala diferente, o que proporcionou uma maior dispersão destes ao longo do território. Floresta e rio representam dois aspectos importantes na territorialidade das diversas nações indígenas dessa região.

Os indígenas Tukano Oriental e Aruak vivem em comunidades dispersas ao longo dos rios e seus tributários navegáveis. Sua territorialidade está ligada ao rio e por isto são chamados “índios do rio” e a dos povos Hupdah, Yuhup, Dâw e Nadêb e Yanomami está relacionada à floresta; por isto são conhecidos como “índios do mato”.

Os indígenas **da família Tukano** Oriental (Arapaço, Bara, Barasana, Desana, Kubeo, Karapanã, Makuna, Miriti-tapuia, Piratapuia, Siriano, Taiwano, Tatuyo, Tukano, Tuyuka, Yuriti, Wanano) ocupam um território único limitado pela rede hidrográfica do Uaupés e seus afluentes e pelo rio Pira-Paraná, na Colômbia, que pertence à rede hidrográfica Paporis-Caquetá.

Os indígenas **da família Aruak**, Baniwa, Kuripako, Baré, Werekena (alto Rio Negro e Xié) e os Tariano (Baixo Rio Uaupés), espalham-se ao longo do rio Içana e seus afluentes (rios Cuiary, Aiary e Cubate), do Alto Rio Negro entre São Gabriel da Cachoeira e San Carlos del Rio Negro (Venezuela) ao Baixo rio Xié entre três países Brasil, Colômbia e Venezuela.

Os **índigenas Hupdah, Yuhup, Dâw e Nadêb** são seminômades caçadores, coletores e vivem nas zonas de interflúvios de difícil acesso dos rios Papuri e Tiquié ou na floresta ao sul do rio Tiquié, longe dos rios e igarapés navegáveis.

Ao longo do tempo, as nações indígenas do Alto Rio Negro passaram por um processo de mudança sociopolítica, pois parte da organização social (vida em malocas, produção artesanal, rituais religiosos etc.) foi influenciado pelo contato extra tribal. Mesmo a sucessão dos Tuxauas dos povos sofreu alteração. Hoje os líderes são eleitos, escolhidos diretamente pelos membros de cada comunidade com exceção do povo Yanomami que continua com sua organização política tradicional.

Assim, em 1987 foi criada a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), com sede em São Gabriel da Cachoeira, que têm por objetivos: a autodeterminação dos povos; a defesa e garantia das terras indígenas; a recuperação de valorização da cultura indígena; o apoio à subsistência econômica e social; a articulação com as organizações interlocais e regionais.

Sua área de abrangência inclui três municípios, Santa Izabel do rio Negro, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira. Hoje a FOIRN conta com aproximadamente 70 associações de base filiadas a ela representando as 05 coordenadorias divididas de acordo com as calhas dos rios: Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX); Coordenadoria das Associações Baniwa e Curipaco, no rio Içana (CABC); Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN); Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié e Uaupés (COITUA) e Coordenadoria das organizações Indígenas do Distrito de Iauareté (COIDI), cuja gestão é de 04 anos.

Desde a década de 70, as lideranças indígenas da região vêm reivindicando o território contínuo com 8.150.000 ha. Várias negociações viram-se fracassadas devido às divergências de propostas entre as lideranças indígenas e os aparelhos do Estado (leia-se Forças Armadas e FUNAI) até 1996.

Para os povos indígenas, a primeira condição para a sobrevivência física e cultural e a demarcação de suas terras. No Alto Rio Negro, a luta pela reconquista da Terra durou 498 anos, desde a chegada dos colonizadores nesse território. A luta jurídica teve início em 1970, e

só foi concluída em 1998 com a homologação e regularização da Terra Indígena do Alto Rio Negro (8.150.000 há), por meio dos esforços da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro), conjuntamente com a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e ONG`s indigenistas e ambientalistas (FARIA, 2003).

A demarcação da Terra é a primeira condição de sobrevivência, mas para os povos indígenas do século XXI, só isto não basta. Mesmo após a demarcação de suas terras e vivendo em condições socioambientais desfavoráveis (solo arenoso, rios de águas pretas com elevada acidez que acarreta na baixa piscosidade, ausência de postos de saúde, e alternativas econômicas) os povos indígenas do Alto Rio Negro vêm resistindo e necessitam de novas tecnologias sociais e econômicas para sobreviverem.

Parte da luta já foi alcançada com a delimitação das Terras Indígenas. Agora o desafio é outro: criar políticas e projetos sustentáveis de gestão territorial para as terras demarcadas que priorizem a identidade territorial e cultural em bases comunitária e participativa.